



Índice

- 01** Revisitando o Congresso: sem mobilização não há salvação
- 02** Irmãos indígenas são detidos suspeitos de falsidade ideológica em Eirunepé
- 03** Bloqueio na Estrada de Ferro Carajás impede saída de trem em São Luís
- 04** Moradores de Roraima sofrem com a maior estiagem em cinco anos
- 05** Turismo resgata valores e gera renda a pescadores do Paraná
- 06** Acusado de matar quilombola é condenado
- 07** Aracruz Celulose destruiu a água com seus plantios de eucalipto no norte capixaba
- 08** Comunidade quilombola recebe casas e chafariz com água potável
- 09** Oficina reúne extrativistas da cadeia da macaúba
- 10** Pescadores e marisqueiras fazem ato público no Centro de Maceió
- 11** Comunidade do Passo do Lontra recebe curso de Mecânico de Motor de Popa
- 12** Naturatins reforça fiscalização para assegurar reprodução dos peixes
- 13** Defensora notifica operadora de telefonia a restabelecer sinal em comunidade ribeirinha
- 14** Turismo gera renda a pescadores do Paraná
- 15** Decisão do TSE confirma posicionamento do Corregedor Eleitoral sobre alistamento de indígenas



- 16** O STF golpeará a Constituição Federal e os Povos Indígenas em benefício do ruralismo no Brasil
- 17** Morte sistemática de Ianomâmis é um tabu
- 18** MPF/MG: ação pede nulidade do edital de concurso para profissionais de escola indígena
- 19** Cuiabá sedia 5º encontro do Curso de Especialização em Saúde Indígena
- 20** Cleber Buzzato: CIMI prevê ano difícil para os povos indígenas do Brasil
- 21** Funasa é condenada a estruturar serviço de atendimento à saúde para indígenas
- 22** Começa hoje, no Maranhão, o 2º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais
- 23** Empate no Jari
- 24** Generosidade: Colatto diz que ruralistas vão "dar cidadania aos indígenas, que querem sair da miséria"
- 25** Vale Universidade Indígena oferece 174 vagas no Estado
- 26** Principais aspectos do projeto de novo marco legal da biodiversidade
- 27** Indígenas de Rondônia pedem ao STF: "respeitem nossos direitos à terra tradicional"
- 28** Ministério da Cultura amplia aproximação com índios



Revisitando o Congresso: sem mobilização não há salvação

SÍTIO CIMI, 26.02.2015

Fonte da notícia: Egon Heck/Cimi. Texto e Foto.

Os corredores do Congresso se vestiram de belas e múltiplas cores, nessa manhã de quarta-feira. Olhares curiosos, diante de cenas diferentes. Expressões de admiração, de carinho e de curiosidade, considerado exótico. “Que lindos, um mais lindo que o outro”, é o que exclamou uma anônima funcionária do Congresso. Outros pediam para tirar fotos com os índios. Assim como há vinte e três anos atrás, por ocasião da Constituinte, os indígenas voltam ao Congresso, aos gabinetes dos parlamentares para dizer “estamos aqui. Vocês aprovaram a lei maior, mas não a cumpriram. Estamos em luta pelos nossos direitos. Há mais de duas décadas estivemos aqui, ainda um tanto temerosos, mas combativos. Hoje voltamos indignados e revoltados, porque o Estado brasileiro não cumpriu a lei, e ainda ameaçam suprimir nossos direitos”.



O horizonte ainda se pintava de um forte amarelo/laranja, inspirando extasiante beleza, quando os guerreiros e caciques de Rondônia em Brasília, se enchiam de redobradas energias para mais uma jornada de luta pelos seus direitos. Na agenda um café da manhã com deputados. A rigor denominado de “café contra a PEC 215”, pelo deputado Sarney Filho. Foi um momento de traçar estratégias para os duros embates que os povos indígenas, as populações tradicionais e os pobres desse país irão enfrentar durante esse ano.

Nos gabinetes as cenas se repetem. Olhares curiosos, fotos e manifestação de simpatia pela causa e os direitos indígenas. “É importante vocês fazerem essas visitas aos parlamentares para sensibilizar sobre as lutas e direitos de vocês. Vamos olhar com carinho essa questão”.

Outro deputado, mais expansivo, gritou “que entrem os indígenas”. Pediu que um indígena sentasse em sua cadeira para simbolizar o apoio à causa. Porém mostrou-se desinformado quanto ao tema e confidenciou: “Hoje de manhã (ruralistas) ainda passaram aqui pedindo que apoiasse a urgência na tramitação da PEC 215. Agora estou entendendo melhor a questão. Contem comigo”.

CONT.



Ao entregar o documento nas lideranças dos partidos, os assessores logo diziam saber do que se trata e que imediatamente fariam chegar o documento e o pedido de rejeição da PEC ao líder do partido.

Sem mobilização não há salvação

Nas manifestações do dia de hoje no Congresso, mais de 20 falas deixaram clara a gravidade do momento. Foram unânimes em afirmar a importância da mobilização indígena, como única forma de fazer o enfrentamento com as forças anti-indígenas. E para isso precisam contar com o máximo de apoio e solidariedade da sociedade brasileira e dos segmentos mais combativos que lutam por um outro modelo de desenvolvimento. Alguns parlamentares se referiram à situação de barbárie e violência institucional que precisa ser combatida.

Chico Alencar salientou que é preciso ampliar as mobilizações das praças aos palácios. Lembrou que o governo é refém dos ruralistas, tornando a correlação de forças péssima, num amplo processo de fechamento.

Outra tecla em que houve insistência foi a necessidade de avançar nas alianças e soma de esforços no enfrentamento. Foi ressaltado que a questão ambiental ficou fortalecida no novo Congresso, mas que é preciso aprofundar as alianças desse setor com os povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais dentre outros.

O secretário do Cimi destacou a gama de iniciativas anti-indígenas não apenas no Congresso, mas também no Poder Executivo e algumas decisões do Judiciário.

O que está em jogo não são apenas os territórios indígenas, mas a própria vida no planeta Terra.

Homenagem ao guerreiro e lutador Aniceto Xavante

Neste início de semana faleceu uma das grandes lideranças que se notabilizou nas lutas pela terra de seu povo Xavante e na participação expressiva no início do novo movimento indígena que se forjou a partir do da década de 1970 e teve nas Assembleias Indígenas, seu grande instrumento de combatividade.

Aniceto, em seus 87 anos de vida, não apenas lutou pela terra e direitos do povo Xavante, mas foi protagonista de vários momentos da luta dos povos indígenas, nas Assembleias Indígenas nacionais e quando, em nome dos povos indígenas do Brasil, entregou ao presidente Geisel documento pedindo que rasgasse o famigerado "projeto de emancipação" (roubo das terras indígenas).



Irmãos indígenas são detidos suspeitos de falsidade ideológica em Eirunepé
SÍTIO D24AM, 26.02.2015

Segundo a Polícia Civil, golpe aconteceu na sede da Funai no interior do Amazonas.



Irmãos foram detidos por suposta tentativa de golpe na Funai
Divulgação: Polícia Civil

Manaus - Suspeitos do crime de falsidade ideológica, dois irmãos da etnia indígena Kulina de Ipixuna foram presos no município de Eirunepé, distante 1.160km de Manaus, na terça-feira (24).

Segundo a Polícia Civil, a prisão aconteceu quando Nodia Culina estava na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) no município tentando emitir um atestado de vida e residência para posteriormente dar entrada em benefício oferecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A documentação, entretanto, seria falsa e estava em nome de Quizori Kulina, de 61 anos, de acordo com a polícia.

Após chamado feito pelo diretor da Funai, Arquimino do Amaral Silva, os irmãos acabaram sendo presos. A Polícia Civil informou que Nodia declarou durante depoimento que o irmão dele, identificado como Joãozinho, teria planejado o golpe.

De acordo com o delegado Jony Leão, a dupla foi autuada por falsidade ideológica (Artigo 299 do Código Penal). Ao término dos procedimentos legais, os irmãos permanecerão presos na unidade policial à disposição da Justiça. As investigações irão continuar para saber se eles têm participação em fraudes ocorridas naquele município, segundo a autoridade policial.



Bloqueio na Estrada de Ferro Carajás impede saída de trem em São Luís

SÍTIO GLOBO.COM, 26.02.2015

*Passageiros reclamaram de falta de informação e demora para reembolso.
Vale informou que tomou providências desobstrução da ferrovia.*

Do G1 MA, com informações da TV Mirante

Indígenas da tribo gavião interditaram a Estrada de Ferro Carajás (EFC) no trecho que passa em Bom Jesus do Tocantins, no Pará, e o bloqueio na ferrovia impediu a saída do trem de passageiros nesta quinta-feira (26), em São Luís.

Os passageiros que se deslocaram para a estação ferroviária reclamaram da falta de informação e da demora para conseguir o reembolso ou a remarcação das passagens (veja a reportagem completa no vídeo).

A Vale informou que já está tomando as providências necessárias para a desobstrução da ferrovia e consequentemente para a retomada do tráfego ferroviário. Com relação a demora para remarcação das passagens, a Vale disse que todas as pessoas que estavam aguardando na fila foram atendidas até as 9h30 e que a remarcação estava prevista para ser amanhã, mas foi antecipada, para evitar filas maiores. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 0800-285-7000.

Na semana passada, a ferrovia ficou interditada depois que um trem descarrilou próximo a Miranda do Norte, a 124 km de São Luís. Com o acidente, que atingiu vários vagões do trem, as viagens de passageiros foram canceladas nos dias 19 e 20 de fevereiro.



Moradores de Roraima sofrem com a maior estiagem em cinco anos

SÍTIO GLOBO.COM, 26.02.2015

*Em quatro municípios foi decretada situação de emergência.
Chuvas só estão previstas para meados de abril.*

Os brasileiros de Roraima, na região Norte, sofrem com a maior estiagem em cinco anos. Eles caminham quilômetros em busca de água.

Iraci Santos, agricultora: Quatro vezes por dia.

Jornal Nacional: Se não vier?

Iraci Santos: Não bebe, não lava, não cozinha. E a gente tem que carregar e aqui é o único poço que tem é aqui.

Em quatro municípios de Roraima, foi decretada situação de emergência por conta da estiagem.

Em uma comunidade indígena só restou lama. Existem lugares onde já não há alternativa para conseguir água em algumas casas o único jeito é esperar pelo carro-pipa, que na região está passando a cada três dias.

Para Seu João, água nunca teve tanto valor: "Vale bastante ouro, aqui está sem água faz dias. Agora chegou", conta o agricultor João Antônio.

O governo do estado e as prefeituras usam retroescavadeiras para abrir bebedouros para o gado e novos poços para os moradores. As chuvas só estão previstas para meados de abril.

As queimadas também preocupam. Na fazenda de Edson o fogo destruiu quase todo o pasto. O jeito é procurar outro lugar para o rebanho.

"A quantia de capim que sobrou é muito pouco eu também não sei como é que eu vou fazer com essa situação. Com bastante gado e os pastos foram queimado praticamente todo", lamenta o pecuarista Francisco Edson.



Turismo resgata valores e gera renda a pescadores do Paraná

SÍTIO PARANASHOP, 26.02.2015

Uma colônia de pescadores que vive no interior do Parque Nacional do Superagui, localizado no litoral norte do Paraná, descobriu uma forma de preservar as riquezas naturais e valorizar a cultura local. Moradores de uma das maiores áreas preservadas de Mata Atlântica do Brasil, os pescadores são parte de um projeto de turismo sustentável que tem qualificado a mão-de-obra e gerado renda.

Há dois anos frequentando workshops sobre hospitalidade e cursos sobre como gerir os recursos do turismo, os pescadores se preparam para desenvolver novas atividades e preservar a biodiversidade do parque. Superaqui abriga espécies ameaçadas de extinção, como o mico-leão-da-cara-preta e o papagaio-da-cara-roxa e tem o tamanho equivalente a quase 34 mil campos de futebol. Localiza-se a cerca de duas horas de barco partindo tanto do município de Guaraqueçaba (PR) quanto da cidade de Paranaguá (PR).

A qualificação profissional faz parte do projeto Economia Solidária e Turismo no Litoral do Paraná e resulta de uma parceria entre o Ministério do Turismo (MTur), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Universidade Federal do Paraná – UFPR, com recursos no valor total de R\$ 434,8 mil do MTur. A previsão de encerramento do processo de incubação é o próximo mês de abril.

O coordenador do projeto, Denys Doza, explica que o projeto também tem por objetivo preservar a cultura e as práticas tradicionais da comunidade – e trabalhá-las como atrativo turístico do parque. Entre elas, o resgate da dança Fandango, típica da região, a cachaça com folha de cataia, planta típica do litoral norte paranaense, além da venda de artesanato feito por índios de Guaraqueçaba e pescadores da ilha.

O projeto segue as diretrizes da Organização Mundial do Turismo para o desenvolvimento do turismo sustentável. Em janeiro último, o uso do turismo como instrumento de proteção de unidades de conservação e desenvolvimento local foi recomendado como prática a ser adotada no mundo por meio de uma resolução das Nações Unidas.

Fonte: ASCOM.



Acusado de matar quilombola é condenado

SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 26.02.2015

Após julgamento que durou cerca de seis horas, no Fórum de Belém, o ambulante Carlos Alberto Araújo da Silva, 50 anos, analfabeto, acusado de matar a facadas o líder comunitário Teodoro Lator de Lima, agricultor, 59 anos, foi condenado por homicídio simples. A pena fixada ao réu de 7 anos de reclusão pela juíza Angela Alice Tuma, presidente do 3º Tribunal do Júri da Capital, será cumprida em regime inicial semi-aberto. Quanto à acusação de lesões na segunda vítima, Antonia Gomes dos Santos, os jurados decidiram absolver o acusado, por não ter provas desse crime, uma vez que a vítima não compareceu no júri.

O réu teve assistência do defensor público Rafael Sarges, que sustentou a tese de homicídio simples. A promotora de justiça Rosana Cordovil, que atuou em conjunto com o advogado Jorge Farias, sustentou a tese de que o réu foi autor de homicídio qualificado por motivo torpe.

A juíza manteve a prisão, considerando que "o acusado, ao ser interrogado em plenário, não soube declarar endereço de local certo para pouso, depreendendo-se que solto frustrará a aplicação da lei penal", sentenciou. Em relação à acusação de lesão corporal praticada contra sua ex-mulher Antonia Gomes dos Santos, por maioria dos votos, os sete jurados absolveram o réu.

Durante o júri, foram ouvidas quatro testemunhas, todas trazidas pela promotoria. Todas afirmaram conhecer o réu, que era visto no bairro vendendo amendoins.

Em interrogatório, o réu negou ter cometido o crime. Ele disse que nesse dia (19/08/2013), teria terminado o relacionamento com a Antonia dos Santos por ela estar se envolvendo com outros homens. Ele disse que, na casa da mulher, travou luta corporal com um homem que estava na casa, mas não sabia que ele teria morrido ou que era liderança de agricultores quilombolas.



Aracruz Celulose destruiu a água com seus plantios de eucalipto no norte capixaba
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 26.02.2015

Em Conceição da Barra e São Mateus, empresa recorre até a fonte preservada por quilombola, povo de quem usurpou a terra

Ubervalter Coimbra

26/02/2015 12:54 - Atualizado em 27/02/2015 12:52

A Aracruz Celulose (Fibria) apossou-se inteiramente dos sistemas de águas da região de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do Estado, para emprego nos replantios e plantios de seus eucaliptos. Diariamente, seus caminhões-pipa recorrem as mais diferentes fontes de água. Essa região a qual ela recorre, praticamente perdeu os seus principais mananciais de água. Pelo desmatamento e pelos efeitos do eucalipto, que cobre mais de 80% do seu vasto território agrícola.

Uma visão dessa drástica situação está em uma nascente ainda preservada na pequena propriedade de Manoel Pedro Serafim, a 15 quilômetros da sede de São Mateus. Protegida por uma mata de seis alqueires, ela transformou-se na principal fonte de abastecimento de água de toda a região e, principalmente, da a própria Aracruz Celulose (Fibria).

Que pode até parecer uma contradição, a empresa recorrer à água do seu principal inimigo combatente. Mas Serafim responde dizendo que a água nasce no seu terreno, mas prossegue até o rio Cricaré. Nesse trajeto, muitos se apossam desta água. Dá o exemplo da fábrica de ônibus da Marcopolo, erguida próximo à BR-101. Utilizou-se dessa água em toda a sua fase de construção.

A Aracruz Celulose retira do córrego formado por Serafim cerca de 50 caminhões-tanque, diariamente. Cada caminhão pegando, em média, 25 mil litros, o que totaliza 1,25 milhão de litros diários de água.

Mas dado à grande necessidade do replantio dos eucaliptos, é preciso recorrer também a outros mananciais. Mas os córregos na região, além de abatidos pelo veneno, tiveram os seus volumes de água enormemente reduzidos. Com a qualidade da água ficando impraticável para o seu emprego no replantio e plantio dos seus eucaliptos.

Uma ideia dessa crise de água, capaz de ocorrer em um futuro muito próximo e que vai prejudicar a própria Aracruz Celulose (Fibria), está no exemplo do trágico fim de uma das principais lagoas da região. Que era mais do que uma lagoa, já que era formada de três lagoas: a do Muriá, do Cágado e do Mulato. No seu leito, não há sequer mais um pinga de água. Está literalmente seca, servindo agora ao para plantio de eucalipto.

CONT.



E os grandes mananciais da região, como os rios Cricaré, como é chamado o São Mateus em sua foz, e o Itaúnas, também estão entre os que apresentam risco de tragédia, produzida pelo desmatamento com contribuição do eucalipto. Seus leitos estão em adiantado processo de assoreamento. Captar água nela agora só por ocasião das marés baixas. Nas cheias, a água salgada os invade a 30/40 quilômetros acima da foz.

O que demonstra a inviabilidade de suas águas serem correntemente usadas nos replantios e plantio dos eucaliptos. Há também ainda rios de menor porte, como o São Domingos, na região de Conceição da Barra, tendo suas águas captadas pela Aracruz Celulose.

Cercada de favores que vem do tempo da ditadura militar e dos governos biônicos da época no Espírito Santo, a Aracruz Celulose (Fibria) continua beneficiada pela total omissão do governo do Estado em fiscalizar sua atuação. Até os comitês de bacia dos rios Itaúnas e Cricaré deixaram de se reunir há tempos. Se atuantes, os comitês teriam que ser contra a empresa.

Mas essa crise da água chega até as populações em torno de seus eucaliptais. Privadas das águas dos córregos e dos rios, o único recurso que restou foi recorrer à água no subsolo. O que em breve tempo a tornaria inviável pela profundidade que ela chegou. Com o rebaixamento do lençol freático, vítima principalmente pela necessidade no crescimento do eucalipto, a água agora só é alcançada a partir de, praticamente, 100 metros de profundidade.

A grande profundidade do lençol freático é prova incontestada de que o eucalipto consome um mundo de água e a busca a grandes profundidades.

Como os poços artesianos são caros, a situação chegou a um tal ponto que as comunidades perderam, por recursos próprios, a condição de captar água para as suas necessidades básicas. Ai entrou a empresa pra propor fazer os poços artesianos mediante um acordo de boa convivência entre as partes. Sem maiores exigências que não fosse as suas entidades não usarem nela o nome quilombola.

Mas como negar a própria identidade e deixar de lado a luta contra a Aracruz Celulose (Fibria) pela retomada de seu território, um mundo de terras (cerca de 50 mil hectares), que a empresa tomou à força ou comprou a preços vis a partir dos anos 60 do século passado?

Pela retomada do território quilombola de Sapê do Norte é que luta a Associação dos Pequenos Agricultores Vizinhos dos Empreendimentos Industriais de Conceição da Barra e São Mateus, criada por Serafim.

As lutas dos quilombolas pela terra e pela urgente tarefa de salvar a água, ainda que seja só para a subsistência, prometem combates ferozes e próximos.



Comunidade quilombola recebe casas e chafariz com água potável

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.02.2015

Moradores de Tanquinhos foram atendidos com 24 casas construídas com recursos do Minha Casa Minha Vida

Moradores da comunidade quilombola de Tanquinhos - localizada no município pernambucano de Águas Belas -, receberam 24 casas que foram construídas com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, viabilizado por uma parceria entre a Caixa Econômica Federal e o governo federal.

Cada unidade habitacional custou R\$ 28.500,00. A solenidade de entrega ocorreu na tarde do último sábado (21).

Tanquinhos, que fica a 18 km do centro de Águas Belas, recebeu no ano passado 25 casas com fundos do mesmo programa habitacional e ainda irá receber, posteriormente, um total de 47 unidades residenciais.

Segurança hídrica

Além das residências, foi entregue à população de Tanquinhos um chafariz com água proveniente de um poço artesiano construído com recursos do Dnocs. O chafariz complementar o abastecimento de água da comunidade quilombola que é feito a base de carros pipa.

Apesar de situar-se no Agreste de Pernambuco, Águas Belas está enquadrada no polígono da seca e há cerca de dois anos vive sob decreto de emergência, por conta das fortes estiagens que assolam a região.

Fonte: Incra.



Boletim de Notícias - Edição nº 36/2015

Brasília, 27 de fevereiro de 2015.

Oficina reúne extrativistas da cadeia da macaúba

SÍTIO PORTAL BRAGANÇA, 26.02.2015

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realiza, na próxima sexta-feira (27) oficina com produtores rurais ligados à cadeia extrativista da macaúba na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Além de palestras, o evento também oferecerá espaço para debate sobre a certificação da macaúba. A oficina faz parte do projeto "Programa de certificação de sustentabilidade da cadeia extrativista da macaúba na região de Montes Claros, MG, Brasil", da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A macaúba pode ser empregada para fins alimentares, cosméticos e energéticos, praticamente não deixando resíduos inaproveitáveis. Desde julho de 2014, a macaúba está na relação de produtos beneficiados pela Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), desenvolvida pela Conab.

Serviço:

Oficina com produtores da cadeia extrativista da macaúba

Local: Campus da UFMG em Montes Claros. Auditório C, Instituto de Ciências Agrárias

Data: 27/02/2015

Hora: 9h às 17h

Informações Conab.

Pescadores e marisqueiras fazem ato público no Centro de Maceió

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 27.02.2015

Protesto visa solução para remoção de 101 famílias que trabalham com a pesca em Jaraguá



Protesto na frente da Assembleia Legislativa

Em protesto contra a remoção violenta das 101 famílias por parte da Prefeitura de Maceió, as trabalhadoras e os trabalhadores da pesca de Jaraguá realizam um ato público, na manhã desta sexta-feira, 27 de fevereiro, no Centro da capital. A comunidade parte da praça Dom Pedro I, em frente à Catedral Metropolitana de Maceió, e deve seguir em caminhada até a Secretaria de Habitação. As duas principais reivindicações dos moradores da Vila de Pescadores é a permanência no local onde mantêm uma dinâmica vinculada entre moradia e trabalho, e a reurbanização da Vila.

No que diz respeito a reurbanização, a comunidade ressalta que o projeto não só tem viabilidade técnica e ambiental confirmada, como já foi inclusive aprovado e premiado. O projeto previa todos os elementos do 'Centro Pesqueiro', com a inclusão da moradia dos pescadores. No entanto, após uma 'inesperada mudança de ideia' em gestão anterior – e colocada em prática na gestão atual – a Prefeitura de Maceió partiu ao ataque contra as famílias de Jaraguá, disseminando uma série de calúnias, difamando os trabalhadores e as trabalhadoras, ameaçando as famílias com supostos 'técnicos' da Prefeitura, distribuindo cadastros falsos e, por fim, dando entrada a um processo judicial repleto de vícios, erros e brechas jurídicas para expulsar de vez as famílias do lugar.

Antropólogos e sociólogos também se unem a pescadores

O mais recente desses 'equivocos' contidos no processo é um parecer técnico assinado pelo

CONT.



antropólogo Ivan Soares. Defendido por Soares como uma 'nota técnica simples', o documento foi um instrumento vital utilizado pela Prefeitura como argumento pela expulsão da comunidade. O documento solicitado pelo Ministério Público Federal foi primordial para que o Tribunal Regional Federal decidisse que a comunidade não 'precisaria das moradias' em Jaraguá, já que qualificava o projeto da Prefeitura do Centro Pesqueiro sem as moradias da comunidade.

Diferentemente de Ivan Soares, antropólogos e sociólogos que constituem o Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS-Ufal) emitiram uma moção de apoio à permanência das famílias de Jaraguá. O posicionamento coletivo de especialistas da Universidade foi decidido durante plenária, onde foi reconhecida "a posição de defesa do direito garantido constitucionalmente de permanência dessas comunidades tradicionais, para a manutenção e reprodução de seu modo de vida".

A resistência

A Vila dos Pescadores de Jaraguá é formada, atualmente, por 101 famílias. A insistência da Prefeitura de Maceió em expulsar os pescadores transferirá forçosamente 21 famílias tradicionais para apartamentos no Sobral, inviabilizando a rotina de vida daquelas pessoas, que trabalham em horários mais diversos, e dentro de uma dinâmica particular. Quanto às outras 79 famílias, a solução prevista até o momento é deixá-las sem qualquer expectativa de morada, ou seja, na rua. Já o projeto de reurbanização reivindicado pela comunidade -e reforçado pelo movimento Abrace a Vila - prevê todos os espaços projetados pelo atual Centro Pesqueiro, aliado às moradias. Há dezenas de anos, a comunidade tem travado uma luta desigual contra a Prefeitura.

Atualmente, a manifestação dos pescadores e das marisqueiras tem apoio do Abrace a Vila, movimento formado pela sociedade civil, que se uniu à luta por entender a intransigência da Prefeitura ao não abrir em nenhum momento espaço para discussão com a sociedade maceioense sobre a decisão dos espaços. Formado por dezenas de movimentos e grupos, instituições, além de trabalhadoras, trabalhadores e estudantes, o Abrace a Vila entende a injustiça que representa o despejo violento da comunidade, após dezenas de anos em que a própria Prefeitura negligencia os serviços básicos aos moradores, como saneamento e recolhimento de lixo, e reestruturação da Vila.



Comunidade do Passo do Lontra recebe curso de Mecânico de Motor de Popa
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 27.02.2015

Fonte: Assessoria de Imprensa PMC em 27 de Fevereiro de 2015

A comunidade da região do Passo do Lontra está sendo atendida pela Prefeitura de Corumbá com um curso de Mecânico de Motor de Popa. A atividade foi iniciada na quinta-feira e vai até esta sexta, atendendo 25 pessoas daquela localidade.

O curso está sendo coordenado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, por meio da equipe do Centro de Referência de Assistência Social Itinerante (CRAS Itinerante), e visa promover a inclusão social e produtiva da população ribeirinha, ampliando seus saberes com novos conhecimentos, uma vez que alguns moradores já trabalham como piloteiros no setor turístico da região.

Esta atividade busca potencializar a vocação turística da região e melhorias no padrão socioeconômico das famílias. Além disso, fortalece as comunidades ribeirinhas na busca de alternativas para novas ocupações de trabalho, ou seja, mão de obra especializada em manutenção dos barcos e pescadores para os hotéis e pousadas da região.

O curso está sendo ofertado principalmente para os membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e usuários dos serviços do CRAS Itinerante, ministrado por instrutor qualificado, com carga de 20 horas.

Os alunos estão recebendo apostilas, material didático e insumos para as aulas práticas. Serão certificados os considerados aptos para realizar manutenção em motores de popa de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Naturatins reforça fiscalização para assegurar reprodução dos peixes

SÍTIO SURGIU.COM, 27.02.2015

Com o objetivo de garantir o período da Piracema, o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) realizou fiscalização e apreendeu 4.586 de redes malhadeiras nos rios e lagos de todo o Estado.

A atuação dos fiscais das 16 unidades regionais resultou na confiscação ainda de diversos itens utilizados em pesca: molinetes, varas de bambu, kits para pesca, espingarda, espoletas gaiolas, pólvora; e tarrafas. Além disso, três pássaros curiosos foram resgatados.



Em Pedro Afonso a equipe atuou no rio acima até a Barra do Ribeirão São João, percorrendo também o município de Tupirama, Tupiratins e Itapiratins. Na ação foram recolhidos 880 metros de rede de malhas.

Em Palmas foram apreendidos 1.580 metros de rede de diversas malhas e cinco quilos de pescado, que foram doados. Desta vez o ponto de partida da fiscalização foi à colônia de pescadores percorrendo o sentido do município de Porto Nacional, nenhum infrator foi identificado.

Portaria

Conforme a Portaria nº 541/2014, de 1º de novembro de 2014 até 28 de fevereiro de 2015 fica proibida a pesca no Estado. O documento estabelece ainda a proibição da pesca em todas as modalidades, excetuando apenas a pesca de subsistência, ou seja, aquela em que os ribeirinhos capturam apenas como complemento alimentar seu e de sua família.

A Portaria deste ano também restringe a pesca esportiva. Será proibido ainda o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de espécimes provenientes da pesca neste período.

A restrição da pesca termina no próximo dia 28.



Defensora notifica operadora de telefonia a restabelecer sinal em comunidade ribeirinha

SÍTIO EXPRESSO MT, 27.02.2015

Comunidade Pirigara está há mais de 3 anos sem comunicação. Única torre de celular e orelhão existentes na comunidade estão sem sinal.

A Defensora Pública Corina Pissato notificou, durante o sétimo dia de atendimento do Projeto Ribeirinho Cidadão, a operadora de telefonia Vivo para restabelecer o sinal da única torre de celular e orelhão existentes na comunidade Pirigara, pertencente a Barão de Melgaço. Os ribeirinhos que residem na região estão há mais de três anos sem comunicação.

De acordo com a representante da comunidade que procurou a Defensoria, Clélia Catarina Dias de Campos, por diversas vezes a população procurou a Prefeitura, mas o problema nunca foi resolvido. "Deu um raio, queimou todos os aparelhos e nós ficamos incomunicáveis. Antes, quando não tínhamos sinal no celular, tínhamos o orelhão".

Ainda segundo Clélia, a falta de comunicação põe em risco a vida dos ribeirinhos. "Desde que ficamos sem sinal ocorreram vários acidentes de barco e temos que levar as vítimas até Porto Cercado, que fica a cerca de sete horas daqui. Antes, ligávamos para Poconé e um avião vinha nos socorrer". A torre e o orelhão estão localizados na antiga fazenda Tita Apoítia.

O Ribeirinho

Com duração de 15 dias, divididos em duas etapas, fluvial e terrestre, o Projeto Ribeirinho Cidadão, cujo intuito é levar assistência jurídica e social integral e gratuita à população que reside às margens dos rios da região de Santo Antônio de Leverger a Poconé, conta com a presença de mais de 70 profissionais das mais diversas áreas. Lançada no último dia 19 em Barão de Melgaço, a primeira etapa será encerrada no próximo sábado (28), em Poconé. Até o momento foram atendidas 25 comunidades.

São parceiros da Defensoria Pública na realização do Ribeirinho Cidadão VIII, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Receita Federal; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e de médicos voluntários.



Turismo gera renda a pescadores do Paraná

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.02.2015

Projeto de qualificação profissional no Parque Nacional do Superagui ensina moradores a receber bem o turista

Uma colônia de pescadores que vive no interior do Parque Nacional do Superagui, localizado no litoral norte do Paraná, descobriu uma forma de preservar as riquezas naturais e valorizar a cultura local.

Moradores de uma das maiores áreas preservadas de Mata Atlântica do Brasil, os pescadores são parte de um projeto de turismo sustentável que tem qualificado a mão de obra, e gerado renda.

Há dois anos frequentando workshops sobre hospitalidade e cursos sobre como gerir os recursos do turismo, os pescadores se preparam para desenvolver novas atividades e preservar a biodiversidade do parque.

Superagui abriga espécies ameaçadas de extinção, como o mico-leão-da-cara-preta e o papagaio-da-cara-roxa e tem o tamanho equivalente a quase 34 mil campos de futebol. Localiza-se a cerca de duas horas de barco partindo tanto do município de Guaraqueçaba (PR) quanto da cidade de Paranaguá (PR).

A qualificação profissional faz parte do projeto Economia Solidária e Turismo no Litoral do Paraná e resulta de uma parceria entre o Ministério do Turismo (MTur), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Universidade Federal do Paraná - UFPR, com recursos no valor total de R\$ 434,8 mil do MTur. A previsão de encerramento do processo de incubação é o próximo mês de abril.

O coordenador do projeto, Denys Dozsa, explica que o projeto também tem por objetivo preservar a cultura e as práticas tradicionais da comunidade - e trabalhá-las como atrativo turístico do parque.

Entre elas, o resgate da dança Fandango, típica da região, a cachaça com folha de cataia, planta típica do litoral norte paranaense, e a venda de artesanato feito por índios de Guaraqueçaba e pescadores da ilha.

O projeto segue as diretrizes da Organização Mundial do Turismo para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Em janeiro último, o uso do turismo como instrumento de proteção de unidades de conservação e desenvolvimento local foi recomendado como prática a ser adotada no mundo por meio de uma resolução das Nações Unidas.

Fonte: Ministério do Turismo.



Decisão do TSE confirma posicionamento do Corregedor Eleitoral sobre alistamento de indígenas

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 27.02.2015

O Tribunal Superior Eleitoral decidiu em sessão administrativa, no último dia 10 do corrente mês, que é obrigatória a apresentação de documento obtido na unidade de serviço militar, para os indígenas que pretenderem alistarem-se como eleitores (PA Nº 1919-30.2014.6.00.0000).

Tal exigência já vinha sendo aplicada nas zonas eleitorais de Rondônia desde 2007, quando o então Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, baixou o provimento nº 02/2007 estabelecendo que os indígenas integrados do sexo masculino deveriam exibir o certificado de alistamento militar para o alistamento eleitoral.

Recentemente, no dia 16.12.2014, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia anulou a exigência do documento.

Ficou consignado pelo relator designado, que "vincular o direito ao alistamento eleitoral à apresentação de certificado de quitação do serviço militar, impondo obrigação estranha às tradições e cultura atinentes aos indivíduos pertencentes às comunidades indígenas, implicaria em grave restrição ao exercício da cidadania pelos índios".

O Desembargador Corregedor, Roosevelt Queiroz Costa, único membro que se posicionou contra o fim da exigência, na oportunidade ressaltou que o indígena integrado está em pleno gozo dos seus direitos civis ficando sujeito às normas referentes ao alistamento eleitoral impostadas aos demais cidadãos, inclusive quanto à necessidade de apresentação do certificado de alistamento militar.

Frisou que o índio integrado convive, no mais das vezes, na cidade, exercendo atividades ordinárias. Esses, que não têm necessidade de proteção da FUNAI, devem ser tratados como iguais aos não indígenas, tanto em direitos como obrigações, incluindo, aí, a exigência do certificado de alistamento militar para o alistamento.

Com tal decisão, volta a valer a necessidade de apresentação do certificado aos indígenas integrados para a obtenção do título de eleitor, prevalecendo o provimento expedido pelo Corregedor ainda em 2007.

Fonte: TRE.



O STF golpeará a Constituição Federal e os Povos Indígenas em benefício do ruralismo no Brasil

SÍTIO CEDEFES, 27.02.2015

Recentes decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) restringem, de forma violenta e radical, o alcance do conceito de terra tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas consignado no Artigo 231 da Constituição brasileira. Ao decidir o caso da Petição 3388, o Pleno do STF designou a data da promulgação da Constituição como referência para caracterizar a referida tradicionalidade, destacando, porém, que o fato dos indígenas não estarem na posse da respectiva terra devido à ocorrência de "renitente esbulho" por parte de não indígenas seria a garantia de que o direito desses povos sobre suas terras estavam mantidos.

Ao dar provimento ao Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 803.462, relativo à Terra Indígena Limão Verde, do povo Terena, MS, em dezembro de 2014, o ministro Teori Zavaski, seguindo o ministro Gilmar Mendes - intelectual orgânico do ruralismo dentro do Supremo e redator dos acórdãos de outros dois agravos, também da 2ª Turma, que anularam portarias declaratórias de terras dos povos Guarani-Kaiowá, MS, e Canela-Apãniekra, MA -, caracterizou, a nosso ver de maneira reducionista e antiindígena, o conceito de "renitente esbulho".

Para ele, "Renitente esbulho não pode ser confundido com ocupação passada ou com desocupação forçada, ocorrida no passado. Há de haver, para configuração de esbulho, situação de efetivo conflito possessório que, mesmo iniciado no passado, ainda persista até o marco demarcatório temporal atual (vale dizer, a data da promulgação da Constituição de 1988), conflito que se materializa por circunstâncias de fato ou, pelo menos, por uma controvérsia possessória judicializada". Zavaski fez uso dessa caracterização para negar o direito dos Terena à sua terra tradicional. Leia aqui.

Na prática, tal interpretação do Artigo 231 da Constituição reduz o direito dos povos às suas terras tradicionais a duas situações hipotéticas absurdamente limitadas. Ou seja, para terem o direito às suas terras, os indígenas teriam que estar fisicamente sobre elas em 5 de outubro de 1988 ou, na hipótese de não estarem fisicamente sobre as terras, deveriam estar disputando judicialmente ou em "efetivo conflito possessório" com os fazendeiros na mesma data.

Diante dessa decisão, cumpre-nos perguntar: era a intenção do Constituinte, ao grafar o Artigo 231 na Constituição brasileira, reconhecer, aos povos indígenas, o direito restrito apenas àquelas terras que eles já detinham a posse física na data da promulgação da Constituição ou que estivessem disputando essa posse judicialmente ou por meio do conflito deflagrado, ou seja, em estado de guerra, com os fazendeiros invasores? É óbvio que não.

Estamos diante de uma situação profundamente sensível. Uma eventual confirmação dessa

CONT.



decisão pelo Pleno do STF seria uma sinalização evidente, para os povos indígenas, de que a guerra é um mecanismo, mais do que legítimo, necessário para que mantenham o direito sobre suas terras tradicionais. É esse mesmo o sinal que o STF está disposto a dar para os povos indígenas do Brasil? A mesma decisão seria, concomitantemente, uma sinalização evidente, para os históricos e novos invasores de terras indígenas, que o mecanismo da “desocupação forçada” dos povos é, mais do que legítimo, conveniente e vantajoso para os seus intentos. É esse mesmo o sinal que o STF está disposto a dar aos inimigos dos povos indígenas do Brasil?

Rogamos que os ministros do Supremo usem o bom senso e o senso de justiça como alicerces de suas decisões e revoguem a decisão em questão propalada pela 2ª. Turma. A Suprema Corte do Poder Judiciário brasileiro não pode ser transformada num lavatório das mãos daqueles que as sujaram e sujam com o sangue dos povos e lideranças indígenas de nosso país.

Brasília, DF, 26 de fevereiro de 2015

Fonte: Cleber César Buzatto Secretário Executivo do Cim.



Morte sistemática de Ianomâmis é um tabu

SÍTIO CEDEFES, 27.02.2015

A Folha publicou com grande destaque na edição de domingo (22) a notícia do lançamento do livro "Nobres Selvagens" (pela Três Estrelas, selo do Grupo Folha), de autoria do antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon. Títulos na capa e no caderno da Ilustríssima chamaram a obra de "livro tabu".

Trata-se de um exagero baseado no discurso persecutório do autor, que sempre responde às críticas a seu trabalho com alegações de perseguição pessoal ou boicote. Uma pesquisa no Google News apresenta 872 respostas com notícias sobre o antropólogo e 64 referências ao livro, incluindo veículos de grande prestígio internacional como "The New York Times" e "Washington Post".

No Brasil, certamente a obra não foi tema de reportagens simplesmente porque não havia sido lançada.

Na edição, textos de Marcelo Leite e André Strauss compilam as principais fragilidades apontadas pelos críticos da obra de Chagnon.

Uma bem importante, no entanto, não foi mencionada: o antropólogo dá pouca importância ao caráter simbólico das expressões da cultura que aparecem nos depoimentos de índios (e de brancos também, é bom que se diga), o que o leva a tomar o que ouve literalmente. Assim, em sua entrevista, é quase infantil a descrição dos perigos de uma aldeia Ianomâmi. Os medos que Chagnon menciona que concentrariam a atenção dos índios para longe dos cuidados médicos (risco de onças e cobras) são próprios de um alienígena. Já os índios criam cobras em casa para comer ratos; sabem que onças têm medo dos homens e, em situações raras, quando se aproximam furtivamente da periferia da aldeia para tocaiar uma criança, logo são capturadas pelos índios, como eu mesmo testemunhei. Não quer dizer que não haja medo, mas o antropólogo o amplifica para reforçar o estereótipo de atraso.

A história de que um casal ianomâmi teria atribuído o desaparecimento de seu filhinho a uma anaconda esfomeada é bizarra: o bebê na aldeia não fica um minuto longe dos outros e uma sucuri no lento processo de engolir uma criança seria vista por dúzias de pessoas e morta. Chagnon certamente não entendeu o que lhe foi dito ou tomou por verdade uma mentira (vale lembrar que um "civilizado" banqueiro suíço também mente).

Em texto mais antigo, Chagnon apontava o gesto de bater no peito, comum em festas de ianomâmis como expressão da violência da cultura desses grupos. Ora, o mesmo movimento pode ser encontrado diariamente em culturas mais "evoluídas", segundo seu critério, das grandes cidades da Europa e dos EUA (nas missas católicas quando se diz "Minha culpa, minha

CONT.



culpa, minha máxima culpa") à Mesopotâmia, berço das civilizações (onde soldados contemporâneos reproduzem o gesto antes de ataques de infantaria). Chagnon não leva em conta o alicerce básico do estudo da antropologia, que as culturas humanas são simultâneas, embora diferentes na expressão material.

Por fim, para desfazer as críticas feitas pelo líder Davi Kopenawa, criou a história de que ele é manipulado por antropólogos. A Folha parte dessa premissa para questionar Chagnon: "As entrevistas com ele costumam ser mediadas por antropólogos", ao que o autor diz: "Pois é", e segue sua catilinária.

Trata-se de uma inverdade que qualquer repórter que fale bem português ou ianomâmi pode comprovar. Eu entrevistei Kopenawa três vezes em épocas e lugares diferentes, duas delas sem aviso prévio. Me aproximei, pedi para falar e conversamos sem mediação. Uma vez, em seu escritório em Boa Vista, ele pediu que outras pessoas (que eu não conhecia, índios e brancos) saíssem da sala para ser entrevistado. Fala fluentemente um português simples (de brasileiro não universitário) com forte sotaque. É preciso ter calma e prestar atenção, por vezes pedir que repita para entender a pronúncia de algumas palavras.

A última vez que o encontrei foi numa entrevista para a revista Serafina, com hora marcada. Também ficou só, enquanto eu estava acompanhado da jovem fotógrafa Helena Wolfenson, da Folha. É possível que estrangeiros que falem mal ou não falem português precisem de tradutor. E são certamente raras as pessoas que falam português, ianomâmi e línguas estrangeiras. Talvez daí a história de que ele se faça acompanhar de "antropólogos" ou gente de ONG.

*

O que de fato é um "tabu" (aquilo de que não se fala) na imprensa brasileira é o lento processo de abandono dos Ianomâmi à morte, em curso por incompetência ou (depois de tanto tempo) decisão do governo federal.

Como noticiei nesta coluna em maio do ano passado, as mortes de Ianomâmi por problemas de saúde cresceram nos dois governos do PT (Lula e Dilma). Muitas das doenças são simples de evitar, como provam as estatísticas da segunda metade dos anos 1990.

O aumento se deve em grande medida à interrupção dos trabalhos de medicina preventiva nas aldeias e ao crescimento dos gastos com transporte dos doentes das aldeias para a capital de Roraima, Boa Vista.

A maior parte dos custos do Ministério da Saúde com a saúde indígena em Roraima tem sido despejada em frete de aviões para levar índios a Boa Vista. São poucas as empresas de táxi aéreo, as mesmas que levam políticos locais em seus deslocamentos.

Em janeiro do ano passado, quando a entrevistei, a coordenadora do Ministério da Saúde para

CONT.



as áreas indígenas de Roraima, Maria de Jesus do Nascimento, explicou o aumento das mortes dizendo: "Não, dinheiro não falta... Foi problema de gestão, mesmo".

Na área Ianomâmi, uma médica cubana do programa Mais Médicos se desesperava: "Não tenho antibióticos, não tenho oxigênio, não tenho equipamentos". Eu perguntei o que fazia: "Não quero mas sou forçada a mandar os índios de avião para Boa Vista". O meio se tornou o fim. A saúde dos índios se tornou desculpa para enriquecer as empresas de táxi aéreo.

Quem procura no mesmo Google News notícias sobre as mortes de Ianomâmi pela improbidade dos órgãos de saúde local só encontra quatro notícias, uma delas do espanhol El País, as demais noticiando os protestos dos índios e um debate no Congresso.

Esse genocídio lento e discreto é o verdadeiro tabu.

Fonte: Leão Serva - Colunistas - Folha de S.Paulo



MPF/MG: ação pede nulidade do edital de concurso para profissionais de escola indígena

SÍTIO CEDEFES, 27.02.2015

Regulamento foi elaborado sem a participação dos povos indígenas, o que contraria frontalmente o ordenamento jurídico brasileiro e convenções internacionais

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), órgão do Ministério Público Federal (MPF), ingressou nesta terça-feira, 24 de fevereiro, com uma ação pedindo que a Justiça Federal declare a nulidade de edital de concurso público destinado ao provimento de cargos de profissionais para atuação na educação indígena. Em tutela antecipada, o MPF requer a suspensão imediata do concurso, cujas provas objetivas estão previstas para os próximos dias 14 e 15 de março.

Publicado pela Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), o Edital Seplag/SEE nº 07/2014 estabeleceu as regras para o concurso, com vagas para os cargos de professor, assistente técnico e especialista, todos de educação básica, que irão atuar nas escolas indígenas ou em turmas indígenas vinculadas a escolas estaduais.

Ocorre que, segundo o MPF, os termos do edital foram definidos sem a participação dos indígenas, que só tomaram conhecimento das regras depois de sua publicação. Na prática, isso significa que eles não puderam opinar sobre as habilidades que consideram importantes para os professores indígenas, nem sobre o conteúdo das provas, de forma a adequá-lo à realidade dos povos e às suas aspirações quanto às funções da educação.

A publicação do edital sem a participação dos indígenas provocou forte reação dos povos indígenas de Minas Gerais. Nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2015, ocorreu o I Seminário Estadual de Educação Indígena na Terra Indígena Xacriabá, no município de São João das Missões, no Norte de Minas Gerais, que contou com a participação de indígenas de diversas etnias que vivem no estado.

Desrespeito - Após o evento, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), afirmou que "neste ano, nas discussões que permearam todo o seminário, foram avaliadas as dificuldades recorrentes em função de constantes resoluções estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação, que não consideram a forma de organização dos povos indígenas, desrespeitando a autonomia e dificultando o acesso dos indígenas ao controle social desta política pública".

O Edital Seplag/SEE nº 07/2014 não prevê, por exemplo, entre as exigências para os cargos de professor indígena, o conhecimento sobre a organização social, política, econômica, cosmológica e ritual do povo a que pertence.

O procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antônio Dias, lembra que "o edital foi

CONT.



formulado a partir do que não indígenas pensam ser relevante para os indígenas, sem qualquer diálogo com eles sobre o que entendem, em seu sistema de valores, seja importante avaliar. Quem deve eleger qual o conhecimento que importa ao educador indígena? Quem elege quais são os conhecimentos que precisam ser transmitidos para os alunos indígenas?"

Para o MPF, a elaboração do edital sem a participação dos indígenas viola não só a Constituição brasileira, como a Convenção nº 169, da Organização do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais, e a própria legislação que rege a educação no país.

Cooperação – Além de assegurar a participação dos povos indígenas em qualquer medida administrativa que os afete diretamente (artigo 6º), a Convenção nº 169, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, expressamente dispõe, no capítulo destinado à educação, que "os programas e serviços educacionais concebidos para os povos interessados deverão ser desenvolvidos e implementados em cooperação com eles para que possam satisfazer suas necessidades especiais e incorporar sua história, conhecimentos, técnicas e sistemas de valores, bem como promover suas aspirações sociais, econômicas e culturais" (artigo 27).

O direito à participação está previsto também nos artigos 19 e 32 da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, onde se reitera a necessidade do "consentimento livre, prévio e informado" dos povos indígenas antes de o Poder Público tomar decisões que possam afetar seus interesses.

Essa participação tem o objetivo de garantir que os povos indígenas tenham reconhecidos e respeitados sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, conforme disposição expressa da nossa Constituição.

O Ministério Público Federal afirma, na ação, que o artigo 210 da Constituição "assegurou explicitamente às comunidades indígenas a utilização, no nível fundamental regular, o ensino de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem, assumindo um discurso pluricultural da sociedade brasileira, renunciando às políticas assimilacionistas, destinadas a eliminar as diferenças culturais, e admitindo que elas devem ser não apenas toleradas, mas respeitadas e estimuladas".

Educação – Na verdade, lembra o MPF, as leis que tratam da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o "direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pela valorização dos conhecimentos e saberes desses povos e pela autonomia da escola indígena na definição de projeto político-pedagógico".

A LDB (Lei 9.304/96), por exemplo, é explícita ao afirmar que o dever do Estado em oferecer uma educação escolar bilíngüe e intercultural implica formação diferenciada de docentes, material didático e currículo específicos e diferenciados, alfabetização em língua materna e ensino do português como segunda língua, tudo isso elaborado com apoio técnico e financeiro da União.

CONT.



A lei garante ainda liberdade para que cada escola indígena defina seu próprio projeto político-pedagógico. Na mesma linha, seguiu o Plano Nacional da Educação (Lei 13.005/2014), que, em anexo no qual estabeleceu as metas e estratégias para a educação no Brasil, previu não só a participação das comunidades na definição do projeto pedagógico e na gestão das escolas indígenas, como a consideração das "especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas".

O MPF também lembra que o edital impôs dificuldades até mesmo no formato das inscrições, que deverão ser realizadas exclusivamente pela internet. "Ao ignorar as dificuldades de comunicação existentes nas terras indígenas, o edital acaba dificultando o acesso ao certame dos professores indígenas que vivem nas aldeias e que, em princípio, seriam os mais capacitados, pelo conhecimento da língua e das especificidades culturais, a disputar os cargos oferecidos".

Com a ação, ajuizada perante a Justiça Federal em Belo Horizonte, o MPF espera obter, além da imediata suspensão do concurso, a declaração de nulidade do edital, determinando-se ao Estado de Minas Gerais a publicação de novo regulamento, com a garantia de que sua elaboração seja feita mediante processo efetivamente participativo, que inclua representantes legítimos de todas as comunidades indígenas do estado, com acompanhamento pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Fonte: MPF/MG.



Cuiabá sedia 5º encontro do Curso de Especialização em Saúde Indígena

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 27.02.2015

A cidade de Cuiabá (MT) recebeu essa semana, entre os dias 24 e 26, 51 profissionais do Programa Mais Médicos para o 5º Encontro Presencial do Curso de Especialização em Saúde Indígena, modalidade à distância. Promovido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o primeiro dia do encontro aconteceu na sede estadual do Ministério da Saúde. Nos dois últimos dias, os alunos e tutores utilizaram as dependências da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) para concluir o treinamento.

Em comemoração ao encontro, mulheres da etnia Bakairi apresentaram, durante a solenidade de abertura, a dança Sawa, que é típica da etnia e que durante o festival do Milho pode ser realizada por mulheres e homens.

A mesa de abertura da solenidade foi formada pelo secretário especial de saúde indígena, Antônio Alves de Souza; pelo representante da Organização Pan-americana de Saúde, Jose Emilio Caballero Gonzalez; pela coordenadora adjunta do curso e representante da Unifesp, Lavínia Oliveira; pela coordenadora da Comissão de Coordenação Estadual (CCE) do Programa Mais Médicos e representante de todas as CCEs no Brasil, Gilce Gattas; e pela coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Cuiabá, Núbia Derossi.

Também para compor a mesa, o secretário Antônio Alves convidou um dos profissionais médicos cubanos presentes para representar os alunos do curso. Com mais de 18 anos de experiência e há pouco mais de um ano no Brasil, Nicolas Gomez Castellanos, formado em medicina geral e integral e mestre em emergência médica e cuidados intensivos com adultos, representou seus conterrâneos e falou sobre o curso.

"Agora que estamos começando esse curso de saúde indígena, vamos adquirir um maior conhecimento da cultura, tradição e sobre todos os problemas históricos e demais eventualidades que aconteceram no passado com as etnias indígenas. Tudo isso vai nos garantir um maior conhecimento sobre todas as condições que vão, de alguma forma, interferir no processo saúde e doença das aldeias, permitindo um melhor planejamento do nosso trabalho, com melhoras significativas nas condições de saúde dos povos indígenas do Brasil", afirmou Nicolas.

Antônio Alves, em discurso de boas vindas, agradeceu a todos os médicos cubanos e ao governo de Cuba e afirmou que, hoje, todos os profissionais que se dispuseram a ajudar o povo brasileiro a ter mais saúde imprimem sua própria digital na história do Sistema Único de Saúde (SUS). "Vocês que trazem esperança a lugares onde nem se imaginava que um dia chegaria um profissional médico estão ajudando a escrever um capítulo da nossa história da saúde pública brasileira. Ninguém faz SUS sozinho".

CONT.



O secretário lembrou que, além de prover profissionais, o Programa Mais Médicos está mudando o panorama e o perfil da formação profissional médica no Brasil. “Embora esteja escrito no artigo 200 da Constituição Federal de 88, que cabe ao SUS coordenar a formação de recursos humanos pra o SUS, somente agora, em 2013, o governo enfrenta essa realidade. O Programa Mais Médicos também vem com essa característica de interferir na formação e ampliar na especialidade em que o SUS precisa”. Para ele, o curso é fundamental na medida em que capacita o profissional para atuar em uma frente que historicamente carece de atenção, cuidado e entendimento.

Relatos

“Era preciso esse curso”, afirmou Jorge Veranes Arnaud, médico nascido em Guantanamo, que atua no Dsei Xingu. Ele optou por trabalhar com a saúde indígena quando veio para o Brasil, há pouco mais de um ano.

Vladimir Valdes Diaz, do Dsei Kayapó, ressaltou a flexibilidade do curso e a facilidade de acesso aos tutores. Yarabi Gomez Perez, da Ilha da Juventude e que trabalha no Dsei Cuiabá, acredita que participar da especialização em saúde indígena com experiência prática é o ideal.

“Foi muito bom que aconteceu neste momento, por que se tivesse acontecido quando chegamos aqui, o curso seria apenas de vocês para nós. Agora está sendo um intercâmbio, por que temos uma experiência vivida, aprendemos no caminho e isso dá um livro. Mas há muitas coisas que sofremos lá e que não estamos acostumados. Aqui [o curso], oferecem um conhecimento antropológico, o que nos ajuda a tomar decisões no trabalho sem afetar a cultura deles”.

O Curso

Desde 2014, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (SEGETS) vêm trabalhando em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) no Curso de Especialização em Saúde Indígena para os profissionais médicos e servidores do Ministério da Saúde que atuam na saúde indígena e são vinculados ao Programa Mais Médicos. A Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) também é parceira na ação.

Visando a formação especializada para a temática indígena de profissionais médicos e supervisores, o curso é ministrado na modalidade à distância, na Plataforma Moodle, com dois encontros presenciais: no início do curso, para apresentação dos tutores, e ao final dos 12 meses de estudo online.

Todos os 303 médicos do Programa Mais Médicos lotados nos 34 Dseis devem realizar o curso e, até 2016, espera-se que todos tenham concluído a especialização. Em princípio, são 400 vagas destinadas a médicos, tutores, supervisores do programa.

Por Déborah Proença.

Cleber Buzzato: CIMI prevê ano difícil para os povos indígenas do Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2015

Cleber Buzzato faz um balanço da política indigenista do país e fala sobre todos os conflitos que se anunciam diante do atual contexto



Por Beth Begonha, no Amazônia Brasileira

Associações de povos indígenas e organizações indigenistas demonstram preocupação com os rumos da política, sobretudo do Congresso, em relação à população indígena do país. Uma série de propostas que tramitam no Congresso podem atingir o modo tradicional de vida dos índios.

A PEC 215, que já gerou diversos protestos, segue na pauta do legislativo e é considerada pelas associações uma grave ameaça à sobrevivência da cultura dos povos do Brasil e aos direitos previstos na Constituição Federal. De acordo com a proposta, as terras indígenas deixariam de ser demarcadas baseadas em estudos antropológicos e passariam a estar sob a batuta do Congresso, onde se teme que interesses políticos possam desvirtuar as demarcações.

Além disso, a PEC prevê até a possibilidade de se mexer em terras já demarcadas, diminuindo o tamanho. Ela propõe ainda que possa haver atividades totalmente fora do contexto étnico dentro das terras, o que para os antropólogos e indigenistas contraria a proposta da demarcação, que é permitir aos índios manter seu modo tradicional de vida, o que se tornaria

CONT.



impossível diante de um quadro como esse, onde atividades como a monocultura tomaria uma parte da terra e colocaria os povos em contato constante com não índios, influenciando sua cultura.

Há também outras propostas, já aprovadas em comissões, que preveem o usufruto de material genético e de saberes tradicionais por instituições de cunho comercial, inclusive estrangeiras, que passariam a deter direitos sobre esse conhecimento, transformando-o em moeda e desvirtuando sua utilização coletiva ancestral.

No Amazônia Brasileira desta sexta-feira (27), Cleber Buzzato, Secretário Geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), também analisa o momento pelo qual passa a Funai, que caminha para seu terceiro ano sem presidente efetivo, com pessoas ocupando a presidência da fundação de forma interina, o que tem enfraquecido a instituição e suas atividades de proteção dos direitos dos povos indígenas. Vários funcionários relatam que têm tido dificuldade para exercer suas funções, o que deixa os índios mais vulneráveis sob diversos aspectos, inclusive a cooptação por pessoas que desejam tirar proveito de seu saber e de suas terras.

Uma dessas atividades que têm sido motivo de desagregação das populações é o chamado REDD, a venda de crédito de carbono pela conservação da floresta. O que a princípio pode parecer uma boa ideia encobre aspectos delicados como o direito de poluir em outra parte do planeta que é concedido a quem compra esses créditos e a impossibilidade de manter o cotidiano natural dos índios em suas terras e aldeias já que a empresa que compra esses créditos passa a ter o controle sobre a área. Isso envolve diversas problemáticas, inclusive a possibilidade de biopirataria internacional. A proposta que tem chegado a diversos povos indígenas já criou divisão entre etnias e brigas de família, com consequências graves como expulsão de indivíduos de suas terras e ameaças de morte entre parentes.

A Funai vinha se posicionando contra essa atividade, mas indígenas denunciam que hoje diversos funcionários acabam atuando como elo entre lideranças e empresas promovendo esse tipo de contrato que prevê o controle das matas por décadas por empresas privadas.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

Destaque: Benki Ashaninka. Foto de Beth Begonha.



Funasa é condenada a estruturar serviço de atendimento à saúde para indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2015

Justiça Federal

A 5ª Turma do TRF da 1ª Região confirmou sentença que condenou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a prestar atendimento à saúde à Aldeia Trocará, com todos os subsídios necessários, como fornecimento de medicamentos necessários, alimentação e transporte dos índios para atendimento hospitalar e retorno às suas aldeias. A decisão foi tomada após a análise de recurso apresentado pela entidade.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, contra a Funasa, requerendo a renovação do convênio firmado entre a entidade e o Município de Tucuruí (PA) a fim de que fosse garantido o atendimento à saúde dos índios Trocará. "A assistência à saúde aos índios da Aldeia Trocará é feita com recursos da Funasa, mas sempre executada por interposta entidade. Inicialmente, firmou-se convênio com o Município de Tucuruí, que se encarregaria da prestação dos serviços. Houve problemas envolvendo a renovação do convênio; a comunidade indígena ficou desassistida e, por essa razão, essa ação foi ajuizada", explicou o órgão ministerial.

Em primeira instância, a tutela foi concedida para condenar a Funasa a prestar atendimento à saúde dos indígenas, conforme solicitado, no prazo de 180 dias ou até que finde eventual convênio já celebrado e em execução na data da sentença, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5 mil. "Verifica-se que a Funasa não possui nenhum projeto de curto, médio ou longo prazo para estruturação dos serviços de assistência à saúde. É preciso que a Funasa observe as disposições normativas para a matéria. De acordo com a Portaria n. 254/02, do Ministério da Saúde, é indispensável que haja atendimento nas aldeias por agentes indígenas de saúde, através de posto de saúde; utilização de Pólo-Base; e integração com a rede SUS para procedimentos de maior complexidade", diz a sentença.

Inconformada, a Funasa recorreu ao TRF1 sustentando, entre outros argumentos, que "no decorrer do presente processo judicial foi efetivada a concessão de suprimento de fundos com a finalidade de adquirir medicamentos, alimentos, peças de manutenção de barcos e veículos para o transporte de urgência no Pólo-Base de Tucuruí, comprovando-se, ainda, pelos documentos dos autos, que não houve a interrupção na prestação de atendimento à saúde das comunidades indígenas Assurini da Aldeia Trocará, no Município de Tucuruí, e aos Anembés, no Município de Baião (PA)".

Para confirmar essa alegação, a Funasa apresentou termo de convênio firmado entre a entidade e a Organização Não Governamental IPEC, com o objetivo de prestar assistência à saúde às comunidades indígenas com todos os subsídios necessários ao fornecimento de

CONT.



medicamentos, alimentação e transporte dos índios para atendimento hospitalar e retorno às suas aldeias de origem no valor de R\$ 344 mil. "Como se vê, há clara demonstração do efetivo cumprimento dos pedidos feitos na inicial, motivo pelo qual não há mais interesse de agir por parte do MPF", ponderou.

O MPF contestou os argumentos apresentados pela Funasa. Segundo o órgão ministerial, não ficou provado que a prestação dos serviços de saúde não estava mais sendo realizada de modo casuístico, tampouco a adequação de sua atuação às normas vigentes. Ademais, "no presente caso, observa-se o descumprimento do comando judicial na medida em que, ao alegar estar cumprindo-o através da regularidade de convênios firmados, tem-se sim efetiva tentativa de descumprir preceitos constitucionais", alegou.

Decisão - Para o relator do caso, juiz federal convocado Evaldo de Oliveira Fernandes, diferentemente do que alegado pela recorrente, não houve perda do interesse de agir do MPF. "A Funasa não contestou as alegações do MPF acerca da constante solução de continuidade nos serviços de assistência à saúde da comunidade indígena. Assegurou, apenas, que estaria envidando esforços para resolver, pontualmente, o problema. Não foi imposto recurso contra decisão que concedeu a tutela antecipada. Nessa quadra, ao invés de superveniente perda do interesse de agir, poder-se-ia dizer que houve, na verdade, reconhecimento da procedência do pedido", explicou.

Dessa forma, partindo da tese de que foi admitida por todos que a efetiva assistência à saúde dos indígenas não se compadece de medidas paliativas, "confirmando sentença de primeira instância para condenar a Funasa não somente a adotar medidas pontuais, mas também na obrigação de estruturar o serviço de assistência, tudo de acordo com a regulamentação dada pelo Ministério da Saúde", concluiu o relator.

A decisão foi unânime.

Processo n.º 0001420-36.2005.4.01.3901

Data do julgamento: 25/02/2015

Começa hoje, no Maranhão, o 2º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2015



Entre os dias 27 de fevereiro e 1º de março, povos e comunidades tradicionais do Maranhão serão acolhidos pelo povo indígena Gamela, em Taquaritiua, município de Viana. O 2º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais é a realização de um sonho alimentado desde sempre por nossos Ancestrais que lutaram lado a lado em defesa de seus modos de vida balizados pela comunhão entre si, com a mãe terra e seus viventes e nossos Encantados

Em novembro de 2013, no território da Reserva Extrativista Tauá-Mirim, em São Luís (MA), indígenas, quebradeiras de coco, pescadores, ribeirinhos, quilombolas compartilharam vivências e lutas e afirmaram ser necessário tecer com os fios coloridos da nossa memória, das nossas resistências e lutas uma grande rede – A REDE DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Um tecedor, uma tecedeira escolhe bem os fios para tecer a rede, pois conhece as adversidades a serem enfrentadas nos rios e mares. Sabemos quem são os nossos inimigos – madeireiros, mineradoras, pecuaristas, sojicultores... o Estado e suas instituições – Congresso,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36/2015

Brasília, 27 de fevereiro de 2015.

Judiciário, Autarquias – racistas, mas seguimos em luta, sustentados pela força de nossos Ancestrais, Encantados, Caboclos, Orixás, de nossos/as Mártires.

Queremos, nesse segundo Encontro, com mais fios, continuar tecendo o nosso Bem Viver – Projeto de Vida com os pés fincados na nossa História e com os olhos voltados para Futuro, consolidando nossas organizações autônomas, nossos conhecimentos ancestrais, nossos modos de plantar, colher, repartir, e celebrar.

O Povo Gamela, que nos acolhe, é, para nós, como uma plantinha teimosa; resistiu, apesar de esmagada, e agora se levanta com a força dos seus cantos e maracás.

Por último, reafirmamos a defesa dos nossos territórios, pois “nossa escritura são os nossos pés”, como proclamou Demetriz, do povo Gamela.

Programação

Ao longo desses três dias de encontro, os participantes farão memória ao primeiro Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais. Além disso, serão abordadas estratégias de resistência, insurgência e mobilização conjunta dos povos. Também estará em pauta no encontro temas como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, o Projeto de Lei (PL) da Mineração, a paralisação das demarcações das terras indígenas e quilombolas, e a não regularização dos territórios pesqueiros, entre outros assuntos.

O evento é organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e Justiça nos Trilhos.

Serviço

2º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais

Data: 27 de fevereiro a 1º de março de 2015

Local: Comunidade indígena Gamela, em Taquaritiua, município de Viana – Maranhão.

Maiores informações: (98) 988945028

Por Organização do II Encontro – CPT.

Empate no Jari

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2015

Na espera eterna pela regularização das terras comunitárias, extrativistas do Pará reeditam prática de resistência de Chico Mendes para impedir o avanço do Grupo Jari na floresta que habitam há mais de cem anos



por Rogério Almeida – Agência Pública

Amazônia brasileira, parte oriental, divisa entre Pará e Amapá. É tempo de chuva. Enquanto a maioria das famílias organizava suas ceias e confraternizações de Natal, extrativistas de Repartimento dos Pilões – comunidade do distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim – juntaram-se para impedir que cerca de 200 trabalhadores de uma empresa contratada pelo Grupo Jari continuassem a extrair madeira de lei de seu território secular.

Em manifesto assinado pela Associação dos Micros e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões e Vila Nova (Asmipps) e pela Rede Intercomunitária Almeirim em Ação (RICA), os extrativistas argumentam que a área de floresta primária em que coletam a castanha do Pará – e onde moram há cerca de cem anos – tem 61 mil hectares. O que significa que a extração de madeira de lei estaria dentro do território da comunidade, que reivindica do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) a concessão do título coletivo sobre a área.

Mas a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema) autorizou as atividades da Jari ao expedir o Plano Operacional Anual (POA) apesar de ter se comprometido em acordo firmado

CONT.



em maio de 2013 – e lavrado em ata – a não liberar a área até a resolução sobre a questão fundiária. Outro ponto destacado pelos extrativistas é que a castanheira, proeminente no local, é protegida por lei, e não pode ser explorada economicamente.

Ainda assim, a pedido da empresa, a Sema aprovou a Unidade de Produção Anual (UPA) de nº 09 nas proximidades do território requerido pela comunidade. O manifesto dos extrativistas denuncia indícios de erros técnicos sobre a delimitação da área, ou sobreposição, que teriam que ser investigados antes de qualquer decisão. Mas o secretário adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da Sema, Hildemberg Cruz, nega irregularidades. Segundo ele, o pedido da empresa era de 15 mil hectares e a secretaria autorizou uma área de 9 mil hectares, justamente para excluir áreas sobrepostas com Áreas de Manejo Florestal (AMF), áreas de comunidades ou fazendas com decisão judicial favorável ao Estado.

No final de 2014, quando já tramitava na Justiça um pedido de interdito proibitório movido pela associação dos extrativistas – com parecer favorável na Vara Agrária de Santarém – a Sema liberou novas licenças de exploração para a Jari, que os associados acusam de avançar sobre os castanhais e outras espécies da área de Repartimento. Segundo eles, a empresa se recusou a conversar com os moradores, alegando que a madeira seria retirada de qualquer maneira. “Temos tudo gravado”, conta um deles. “Desde a criação da associação a empresa se afastou. Conversam apenas com uns dois moradores que apoiam o projeto”, diz outro (os nomes foram preservados para evitar represálias).



Projeto de extração de madeira de lei da Jari na área de coleta de castanha da comunidade / Foto: Rogerio Almeida

CONT.



Sem diálogo com a empresa, os extrativistas decidiram partir para o “empate”, uma estratégia de resistência pacífica em que famílias inteiras formam um cordão humano, com o objetivo de convencer os peões a desligar as motosserras e manter a floresta em pé. O empate nasceu no fim dos anos de 1970, no estado do Acre, entre os extrativistas então liderados pelo seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988, às vésperas de outro Natal.

O restabelecimento da democracia não interrompeu o ciclo de morte e violência do Estado contra as comunidades amazônicas, inaugurado com a política de integração econômica imposta pelo regime militar, que concentrou terras nas mãos de empresas nacionais e multinacionais. Foi na ditadura, em 1967, que o multimilionário estadunidense Daniel Ludwig chegou à região para instalar o Projeto Jari, um complexo agroindustrial que desmatou mais de 200 mil hectares de floresta densa. A Gmelina e o Pinus, árvores destinadas à produção de celulose, passaram a ocupar o lugar de castanheiras e maçarandubas; 20 mil hectares de arroz e 80 mil hectares de banana e dendê foram plantados, além de pastos para criar 100 mil cabeças de gado e 40 mil de búfalos, como conta o jornalista Lúcio Flavio Pinto no livro Jari: Toda a Verdade Sobre o Projeto de Ludwig (Clique para ler a história completa da disputa pela terra na região do Projeto Jari). Desde 1999, o Grupo Orsa controla o Grupo Jari – composto pela Jari Celulose, Jari Florestal, Jari Minerais, Ouro Verde da Amazônia, Fundação Jari e Marquesa.

O papel da Fundação Jari seria fazer a mediação com a população impactada pelo empreendimento, sob o guarda-chuva da estratégia de responsabilidade social. Como se vê no caso dos Pilões, isso está bem longe de se realizar na prática. O Estado também não cumpre sua função de regularizar as terras públicas conforme a determinação constitucional. Aos extrativistas, sobrou a coragem para resistir.

Natal na Floresta

Quando os quatro ônibus chegaram trazendo os peões na manhã do dia 24 de dezembro, deram de cara com uma dúzia de pessoas da comunidade que, desde a véspera, estavam à sua espera. Os acampados os informaram da situação. Não houve conflito. Os trabalhadores compartilharam o rancho com o grupo. Dias depois voltaram para apanhar os equipamentos. Ficaram felizes em não trabalhar no dia de Natal, contam os acampados. “Existe um acordo: nós não entramos nos locais deles, e eles não entram no nosso. Quando soubemos do estrago que estavam fazendo, a gente se uniu e ocupou aqui. Aí a gente falou, nada disso compadre, aqui é nosso. Nós temos garantia que a terra é nossa. Aqui tá embargado pela justiça”, diz um deles.

Visitei o local no dia 13 de janeiro a convite do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), quando já havia perto de 60 pessoas no barraco instalado no meio da floresta, onde a Jari Florestal explorava a madeira de lei. Homens e mulheres, jovens, idosos e crianças dividiam a lona preta na manhã quente de sol, de estrutura forte o bastante para sustentar as muitas redes armadas. Um grupo de acampados toma conta da cancela que dá acesso ao território violado pela empresa. Qualquer um que chegue é filmado e fotografado.

CONT.



O sustento ganha o reforço da caça e da pesca de surubim e trairão em igarapés com nomes como Caracu, Inferno e Pacanari. "É a floresta que protege os nossos igarapés", explica um morador. "A nossa maior dificuldade aqui foi a água. Depois que a gente se situou direito no trecho, tudo funcionou", conta. Os moradores se cotizaram e contaram com a solidariedade de parceiros como o IEB para se instalar. Hoje a barraca tem luz a motor, TV, DVD, e antena parabólica. Além da água dos igarapés, existem galões de água mineral.

Para chegar ao acampamento, foram umas duas horas de viagem de carro em estrada de terra batida a partir da sede de Repartimento. Em boa parte do trajeto, o eucalipto domina a paisagem. Percebe-se claramente a separação entre a floresta nativa e a monocultura nas proximidades do local. Vimos um pátio com a madeira puxada de dentro da mata; montes de troncos de maçaranduba, angelim vermelho, piquiá, e outras espécies nobres, identificadas por códigos conforme a sua procedência. Nos locais onde algumas árvores foram retiradas os extrativistas registraram espécies tombadas com menos de 50 centímetros de raio (árvores jovens), violando a legislação. Este é um dos motivos que os fazem questionar o modelo de manejo sustentável aplicado pelo Grupo Jari.

Certificação Florestal em Xequê

Em seu site, a Jari Florestal afirma ser referência mundial no manejo florestal sustentável nos trópicos, festejando a conversão de 545.000 hectares de floresta nativa em área para exploração de madeira de lei. Trata-se da maior extensão territorial do mundo para exploração de madeira tropical certificada. O mercado europeu é o principal destino de 25 espécies nativas da Amazônia processadas industrialmente.

O selo verde, como é conhecida a sigla FSC – Forest Stewardship Council – (Conselho de Manejo Florestal em português), é a certificação ambiental mais conhecida do mundo, com presença em 75 países. Vinte princípios devem ser obedecidos para que a empresa receba a grife ambiental, que teoricamente garante que a exploração dessa madeira – certificada – promove o desenvolvimento sustentável. O FSC Brasil nasceu em 2001. Até 2007 os negócios no setor de madeira certificada atingiram o patamar de R\$ 3 bilhões, informa o site da WWF.

As entidades extrativistas, porém, questionam a renovação do selo verde da Jari Florestal. Em 5 de setembro de 2014, a Assimpops já havia encaminhado Carta da ASMIPPS ao conselho do FSC Brasil, questionando o relatório produzido pela Sysflor, empresa com sede em Curitiba, contratada pela Jari para desenvolver a pesquisa que subsidiou o relatório para renovação do FSC da empresa. A certificação vale por cinco anos e foi renovada em julho de 2014.

Na carta, a associação acusa o relatório da consultoria de mentir ao afirmar que entrevistou moradores da comunidade, e afirma ser equivocada a informação de que não existe comunidade tradicional na área de exploração de madeira. Ressalta que o documento omite as situações de conflitos entre moradores e a Jari Florestal, e questiona os serviços da Fundação Jari à comunidade citados no relatório: segundo os moradores nunca existiu um único projeto

CONT.



social em Repartimento. A Associação dos Moradores das Comunidades do Rio Parú e Amazonas também declararam em Carta da Associação do rio Paru e Amazonas enviada ao FSC que nunca foram visitados pela Sysflor.

Manuel Amaral, representante do IEB no Conselho da FSC Brasil, afirma que existem evidências de falhas no comportamento da Sysflor. "O caso é muito sério e precisa ser investigado. As associações de moradores já manifestaram insatisfação. E por conta disso o MPE contestou o relatório de recertificação. O Greenpeace também repercutiu o caso como um dos problemas delicados da certificação no mundo. Tudo isso deverá ser respondido pelo FSC Internacional, que tem competência para se posicionar", afirma o engenheiro.

Amaral informa que até então não havia registros de suspeitas sobre a certificação socioambiental impactando negativamente a relação empresas-comunidades. "Pelo contrário, conheço muitos casos de que tenha servido para mediar conflitos e acomodar relações promissoras", diz.

No dia 29 de novembro de 2013, o Ministério Público do Estado do Pará, comarca de Santarém, pediu a suspensão de todos os Planos de Manejo da Orsa Florestal, Jari Celulose e a Papel e Embalagens S.A, nos limites das unidades de conservação integral ESEC Jari, Rio Paru, e Amazonas.

O documento toma como base a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos povos tradicionais e de sua participação na administração e conservação dos recursos da natureza; e o artigo 186 da Constituição Federal, que estabelece a função social da terra e o uso racional dos recursos naturais. A promotora de Justiça de Santarém, Ione Missae da Silva Nakamura, recomendou à Sema a suspensão de Planos Operacionais Anuais, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Autorização de Exploração Florestal em áreas de floresta nativa.

Na bacia do "Rio do Senhor"

Em tupi Jari significa "Rio do senhor". As águas em tom escuro nascem na Serra do Tumucumaque, na fronteira com o Suriname, e cortam a vida de pelo menos cem mil pessoas nos estados do Pará e Amapá até desaguar em frente à Ilha de Grande de Gurupá, no estuário do Amazonas. O parque nacional Montanhas do Tumucumaque é o maior do país, com área de 38.464 km², pouco menor que a da Suíça. O complexo ambiental abrange seis unidades de conservação, criadas na década de 1990, sendo três estaduais (a Floresta Tropical do Parú, a Reserva do Desenvolvimento Sustentável Iratapuru e Reserva Biológica Maicuru) e três federais: Parque Nacional do Tumucumaque, Estação Ecológica Jari e a Reserva Extrativista de Cajari. Rio Pau D'Este e Waiapi são as terras indígenas. Na fauna, considerada rara, são encontradas entre as outras espécies: Gavião-de-penacho, Jacu, Choquinha, Mãe-de-Taoca-de-Garganta-Vermelha, Pássaro-Boi, Maú, Araponga-Branca, Galo-da-Serra e a Gralha.

CONT.



O regime hidrográfico da bacia é bem definido. O período de maior cheia ocorre entre os meses de março a julho, enquanto a quadra mais seca compreende os meses entre outubro a dezembro. Em tempos de crise hídrica a água abunda nesta latitude. Conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a disponibilidade hídrica da bacia do rio Jari é mais de 10 vezes superior à disponibilidade hídrica nacional. A baixa demografia regional colabora para a construção do indicador.

As muitas corredeiras e cachoeiras dificultam a navegação do largo rio. Numa delas foi erguida uma hidrelétrica, a de Santo Antônio que gera 373,4 MW de energia. Cinco vezes mais do que a necessidade do estado do Amapá. A obra inundou mais de cem mil metros de floresta e foi finalizada ano passado pelo Consórcio EDP, integrado pelo grupo paulista ECE Participações S.A. (90% das quotas) e a Jari Energética S.A. (10% das quotas). É neste perímetro, na localidade de Mulungu, que a Jari Celulose controla o porto fluvio-marítimo.

A cachoeira Santo Antônio, alterada pela usina, era considerada de grande beleza, fonte de lazer e água potável para a população nativa. Fica no município de Laranjal do Jari, no Amapá, uma cidade dormitório que cresce desordenadamente na área de influência do Grupo Jari e suas terceirizadas. Beiradão ou beira é como os moradores da região tratam o local. A moradia é precária, a maioria das casas são de madeira. O aspecto é de favela.

A travessia do rio Jari de catraia (lancha voadeira) custa um real. Menos de vinte minutos de viagem separam Laranjal do Jari de Monte Dourado, a company town do projeto Jari, localizada no município de Almeirim, Pará. Planejada para abrigar funcionários do Projeto Jari, a pacata vila chegou a ter perto de 16 mil operários no auge do projeto. Asfaltada, conta com serviços bancários públicos e privados, e pequeno comércio. As casas seguem padrões hierarquizados conforme a função do operário. Nos locais onde o distrito avança para dentro da floresta, chamados de "silvivilas", a empresa controla a vida laboral e privada. Estabelece regras rígidas, em particular com relação ao consumo de álcool.

As terras comunitárias

Também no distrito de Monte Dourado, a comunidade de Repartimento de Pilões é completamente diferente da company town. Seu moradores são migrantes nordestinos, ênfase a maranhenses, que vivem do extrativismo da castanha, seringa, balata, açaí, cipós, pesca, caça, lavouras de cacau, feijão, milho, arroz e hortifrutigranjeiros. Os mais antigos possuem algum grau de parentesco, compadrio e proximidade, a exemplo do que ocorre com a família Araújo, onde o senhor Getúlio é tido como o pioneiro.

O território é coletivo, marcado por áreas de uso individual. Castanha, angelim vermelho, maçaranduba, cedro, andiroba, copaíba e piquiá são algumas das espécies que integram uma parcela de floresta nativa do lugar. onde circulam veados, pacas, tatus, antas. De acordo com os moradores, a área é a derradeira de floresta primária densa na geografia marcada pelo monocultivo do eucalipto do Projeto Jari.

CONT.



A escola local atende a cerca de 20 alunos até a quarta série, os demais são obrigados a estudar fora, na comunidade de São Miguel, 60 quilômetros distante em estrada de chão batido. No verão enfrentam a poeira do inclemente trópico úmido. No inverno a lama. Não existe serviço de energia elétrica. As famílias com melhor poder aquisitivo garantem energia graças a um pequeno gerador movido a diesel ou gasolina. Na sede da comunidade árvores frutíferas circundam as casas, entre elas o cupuaçu, manga, açaí e carambola.

O abastecimento de água segue a mesma lógica da energia, construção de poço individual e bomba que ajuda a encher as caixas d'água. O igarapé tem reduzido a cada ano por conta do assoreamento produzido pela cultura homogênea do eucalipto e o intensivo uso de herbicida de acordo com as comunidades espalhadas pela região. Segundo a engenheira florestal do IEB, Wandréia Baitz, a monocultura de eucalipto provoca também o afugentamento de espécies e a redução da biodiversidade, da flora, fauna e microfauna, e, para alguns pesquisadores, déficit hídrico.

A população de Pilões não conhece saneamento básico, e o lixo é queimado individualmente em buracos. Uma igreja evangélica, outra católica e um campo de futebol compõem os espaços coletivos, algumas bodegas comercializam gêneros de primeira necessidade. O tempo corre lento, com vizinhos proseando nas portas das casas de madeira cobertas por telhas de amianto. O rádio continua sendo a principal fonte de informação; a TV é ligada somente no período da noite, nos horários de telejornais e novelas.

Visitamos outras comunidades nos ramais, como são chamadas as estradas vicinais na Amazônia, sob a fina chuva que caía sobre a floresta. O condutor da moto explicou que todo dia chove pelos menos umas três vezes. O clima é suave por causa da proximidade da floresta, e o solo escorregadio, cheio de poças de lama.

Água Azul – Ramal da Família Batista

Um igarapé corre no quintal de dona Francisca Batista. Galinhas ciscam no terreiro. O porco passeia, enquanto dois homens produzem farinha. Filhos, noras, genros e netos estão na casa. Umas oito pessoas ao todo. No dia anterior, dona Francisca havia prometido uma galinha caipira para o almoço. Mas, serviu carne de caça cozida num fogão à lenha feito de barro. Por mais pobre que seja a família da roça, sempre há algo a oferecer. Ela trabalha numa área de 100 hectares. É a média da região.

Francisca é evangélica, como a maior parte da família, dona de traços indígenas e estatura pequena. Está no segundo casamento – o primeiro foi aos 18 anos de idade, quando ainda morava na comunidade de Pimental, no mesmo perímetro. A mãe de cinco filhos já trabalhou em terceirizada do projeto Jari. É uma espécie de líder do ramal que abriga as 13 casas dos Batistas. Ela e o atual companheiro, Jacinto, sobrevivente de uma picada de cobra comboia, relatam ter sofrido inúmeras ações de coerção da empresa.

CONT.



O casal chegou a ser expulso dali e reassentado na comunidade de São Miguel. Ameaçados por um morador, os dois decidiram voltar ao ramal de origem, na localidade de Água Azul, uma espécie de loteamento popular. Estão lá desde 2005.

A família conta que sob as ordens de um senhor que atendia pelo nome Almeida, ligado à Jari, teve a casa derrubada em cinco ocasiões. Em junho de 2013, pessoas ligadas ao Projeto Jari entraram à noite com trator e derrubaram 36 hectares de roça dos Batistas para plantar 15 mil pés de mogno, detalham. Além de Almeida, a família cita os nomes dos senhores Gilberto e Nilson, do setor de segurança da empresa, como seus perseguidores. E explica que só conseguiu fazer boletim de ocorrência com a intervenção do Ministério Público do Estado (MPE). "Quando a gente chegava para fazer ocorrência contra a empresa, o delegado se negava", contam. Dados divulgados pela assessoria jurídica da Jari Florestal revelam que 95 ações de reintegração de posse em favor do empreendimento foram realizadas na última década.

Na manhã do dia 14 de janeiro de 2015 um ônibus que faz linha para o Loteamento Sarney, em Laranjal do Jari, adentrou a área em litígio da comunidade. Carregava 40 operários da prestadora de serviço NDR, que realiza manejo de madeira de lei. Jacinto interveio, alegou que área estava na justiça. Nela o agricultor cultivava mandioca, melancia, feijão e milho. O coordenador da equipe acatou o pedido do camponês.

Marcos Batista da Silva, filho de Francisca, mora há 10 anos no lugar. Ele e a mãe receberam o título de posse do Iterpa. Mas teme perder a terra. "A empresa chega aqui com liminar. A gente não sabe de nada. Já tive a minha casa derrubada três vezes, e o meu roçado destruído umas duas. Saí para trabalhar fora, cheguei tava tudo no chão. Deixei um monte de maniva. Eles chegaram de caminhão e levaram tudo. Na outra vez foi o açaí. A gente vive ameaçado e com medo. A gente não trabalha sossegado. Isso ocorre desde 2007 pra cá," relata Marcos.

Ele conta que faz poucos dias o pessoal da segurança o visitou: "O Gilberto veio aqui. Ofereceu emprego, terra em outro lugar. Falei a ele que não trairia a minha família. Sou evangélico". Apesar do receio em ser expulso, mantém um viveiro de mudas de açaí. Sonha cultivar um açaizal em paz. "A gente é coloneiro. Tem de fazer várias coisas pra viver", explica o extrativista.

A família paráucha

Carlos Gotardo, filho do gaúcho Eugênio, vive na comunidade de Pilões. A família morava no município de Medicilândia, no sudoeste do estado. Lá cultivava cacau. O pai, senhor Eugênio, avaliou que a cidade estava muito agitada. Ela fica perto de Altamira, onde está sendo erguida a hidrelétrica de Belo Monte. A especulação tomou conta do lugar. O patriarca resolveu mudar para Repartimento de mala e cuia. Os quatro filhos nasceram no Pará, dois homens e duas mulheres.

CONT.



Conseguiu área para trabalhar em 2005, ano em que iniciou o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR). Desmatou no ano seguinte, e foi multado em cem mil reais por isso. A família recorreu da multa, e fez o replantio de cacau, que é nativo da região. Em 2007 tinha 25 mil pés de cacau plantados, cinco mil pés de banana, três mil pés de mamão Havaí. E cultivava pepinos, tomate e outros hortifrutigranjeiros.

Em 2010, no dia de 31 de novembro a família teve todo o trabalho destruído por força de liminar expedida em favor do grupo Jari pelo juiz da vara civil do estado. Cem homens armados de foices sepultaram em algumas horas a labuta de cinco anos. A ação era movida contra o pai de Carlos, mas, os peões devastaram também as plantações dele. A área ficou um capoeirão. O processo continua na justiça.

A empresa Jari Celulose acusa os moradores de ocupar uma área de cinco quilômetros. Segundo Carlos e outros moradores, a empresa usa como prova de direito ao território um título da fazenda Santo Antônio da Cachoeira, que é questionado na Justiça. "Minha família e os demais camponeses somos perseguidos de todo jeito: polícia, Adepará (Agência de Defesa Agropecuária do Pará), e por aí vai".

O repórter enviou email à assessoria de imprensa da Jari, que não se manifestou sobre as acusações.

Grileiros x extrativistas

Investigações do jornalista Pinto, nos arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sublinham que a Jari possuía, em 10 de outubro de 1977, uma área total de 1.006.261 hectares, dos quais 576.222,3 hectares no estado do Pará e 430.039,6 no Amapá; já o Grupo Jari assegura que a área oficial era de 1.632.121 hectares, porém menos de um terço teria título definitivo. Alguns de seus diretores e advogados chegaram a declarar que a empresa teria até mais de 3 milhões de hectares.

Aqui reside o principal nó da questão, não somente no caso do Projeto Jari, mas, em toda a região. O caos fundiário, nublado por grilagem de terra de toda ordem e sorte. 6.102 títulos de terra registrados nos cartórios estaduais do Pará possuem irregularidades. Somados, os papéis representam mais de 110 milhões de hectares, quase um Pará a mais, em áreas possivelmente griladas. Os dados resultam de três anos de pesquisa dos órgãos ligados à questão fundiária no estado, através da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Tribunal de Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra e a Federação da Agricultura do Estado do Pará). O documento foi apresentado em 30 de abril de 2009 no auditório do Ministério Público Federal (MPF).

CONT.



Conforme o Ministério Público do Estado (MPE) existem 104 documentos fundiários que compõem a área que a empresa diz ter o domínio, cerca de 956 mil hectares. No entanto, parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) de 2005\6, aponta que uma parte dessa área pretendida é terra pública. A PGE ingressou com ação judicial para reconhecer que a Fazenda Saracura, com aproximadamente 255 mil hectares é de domínio público do Estado, e não propriedade da Jari. A empresa recorreu da decisão do juiz da Vara Agrária, que reconheceu o domínio público da área da fazenda. Cabe ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) a confirmação ou não da sentença.

O Iterpa realiza estudos e georreferenciamento na área do Jari, e existe um grupo inter-institucional (composto pelo Iterpa, Sema, MPE e Defensoria Pública com o objetivo de equacionar a situação fundiária. A situação de conflito é acompanhada pela Ouvidoria Agrária Nacional.

Vitória no Empate

No dia 15 de janeiro de 2015, a Vara Agrária de Santarém proibiu a Jari Florestal de extrair madeira de lei do território da comunidade de Repartimento dos Pilões. A sentença em favor dos extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões foi assinada pelo Juiz André Luiz Filo-Creão G. da Fonseca, e publicada no dia 13 deste mês do processo de número 0000205-84.2015.8.14.00.

A medida foi tomada por temer um conflito entre as partes envolvidas. Assim a empresa Jari Florestal está impedida em explorar os recursos da comunidade. Agora resta decidir sobre o destino que será dado a madeira que já foi extraída. Nos dias seguintes o acampamento foi desfeito, mas, conforme a associação de moradores do lugar, um grupo fiscaliza o local em sistema de revezamento.

Na mesma semana, em Monte Dourado, no bairro do Matadouro, moradores enviaram a este repórter vídeos e fotos da ação de seguranças e policiais expulsando famílias de área ocupada. Por sua vez, por causa de salários atrasados, operários das empresas terceirizadas Leão Transportes e NDR realizaram paralisações.

No fim de janeiro, porém, o desembargador Noronha Tavares suspendeu liminar do Juiz André Luiz Filo-Creão G. da Fonseca. Noronha justificou a decisão alegando que a empresa tinha apresentado farta documentação que comprovaria a posse da terra, entre elas Certidão de Autenticidade nº 101, expedida pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em março de 2012.

Na sentença (ver abaixo) o desembargador avalia que Fonseca foi induzido ao erro, e que os documentos anexados ao processo são insuficientes. Ele defende que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos extrativistas, datado de 2015, é recente. O cadastro foi criado no ano de 2012, e necessita de uma série de procedimentos até ser expedido.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 36/2015

Brasília, 27 de fevereiro de 2015.

O desembargador parece desconhecer que o ITERPA ainda não apresentou os resultados dos trabalhos iniciados em 2006. A peleja no Jari ganha mais um capítulo em sua vasta história de incertezas nas terras jamais regularizadas do Pará.

Destaque: A comunidade de Repartimento de Pilões no Extremo Norte do Pará / Foto: Rogério Almeida.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Elen Pessoa.



Generosidade: Colatto diz que ruralistas vão “dar cidadania aos indígenas, que querem sair da miséria”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2015

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) informou nesta quinta-feira (26) que vai convidar a bancada ambientalista e os indígenas para participarem das discussões da PEC 215/00, chamada de PEC das Terras Indígenas.

“Queremos trazer essa discussão para o Congresso e dar cidadania aos indígenas, que querem sair da miséria”, disse Colatto, que é um dos coordenadores da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Colatto respondeu ao ato desta quarta-feira (25) contra a PEC, promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, e que recebeu diversas lideranças indígenas.

A comissão especial que analisará a proposta deve ser instalada nos próximos dias, e os ruralistas se organizam para mostrar que a proposta não é contra índios nem contra a preservação do meio ambiente.

A PEC transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre a criação e a modificação de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental. Os agropecuaristas defendem que o Congresso ouça melhor a sociedade, para tomar decisões.

Uma das principais reivindicações é que seja respeitada a data de 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição atual, para que as terras indígenas daquela época sejam estabelecidas, sem a criação ou expansão de áreas.

“Se o índio for preservar, como é na Amazônia, que é o índio diferenciado, que não é integrado, tudo bem. Mas o índio do Sul, do Centro-Oeste, é um cidadão igual aos outros, que quer produzir, plantar, quer ter um filho na escola, na universidade, e quer ser um cidadão, trabalhando como trabalham muitos indígenas de Santa Catarina”, ressaltou Colatto.

Fonte: Agência Câmara. Título original: Frente da Agropecuária quer debater com ambientalistas PEC das Terras Indígenas.



Vale Universidade Indígena oferece 174 vagas no Estado

SÍTIO CAPITAL NEWS, 27.02.2015

A Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho de Mato Grosso do Sul (Sedhast) abriu 174 vagas para o Programa Vale Universidade Indígena (PVUI). As Inscrições começam no dia 6 de março. O objetivo é atender alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Os interessados em participar da seleção devem se inscrever pelo site da secretaria até o dia 19 de março. Segundo a Sedhast, o programa tem como objetivo dar oportunidade ao acadêmico da UEMS, proporcionar experiências profissionais por meio de atividades desenvolvidas em órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, além de Organizações Não Governamentais (ONGs).

O estudante receberá auxílio financeiro de R\$ 300 mensais, mais vale-transporte. O programa começou em 2007 e já atendeu mais de 800 acadêmicos. Em 2015, o processo seletivo oferece vagas 45% a mais do que em 2014.

Fonte: Taciane Peres - Capital News.



Principais aspectos do projeto de novo marco legal da biodiversidade

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 27.02.2015

Acesso ao patrimônio genético: fim da exigência de autorização prévia para pesquisas com recurso genético e conhecimento tradicional associado. Adoção de cadastro eletrônico e consentimento prévio de comunidades indígenas ou tradicionais.

Repartição de benefícios: pagamento de 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto acabado, com possibilidade de redução para até 0,1%, por acordos setoriais com o governo. Compensação não monetária, na forma de transferência de tecnologia, quebra de patentes ou distribuição de produtos.

Conservação do patrimônio genético: criação do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios e do Programa Nacional de Repartição de Benefícios, para promover a conservação do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, incentivar pesquisas e realização de inventários.

Gestão: atribui ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) a coordenação da política para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Estabelece que pelo menos 40% dos membros do conselho devem representar o setor empresarial, a academia, e as populações indígenas e tradicionais.

Participação de grupos tradicionais: terão participação no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) comunidades tradicionais, populações indígenas e agricultores tradicionais, opinando sobre decisões em assuntos relacionados à conservação e ao uso de conhecimentos associados ao patrimônio genético.

Agricultura: simplifica regras para pesquisa genética de espécies nativas em aspectos relacionados a atividades agropecuárias. Isenta da repartição de benefícios a comercialização de espécies introduzidas no território nacional pela ação humana, exceto as que tenham adquirido características próprias no país e variedade tradicional ou crioula ou a raça localmente adaptada.

Penalidades: multas para pessoa física que descumprir o novo marco legal variam de R\$ 1 mil e R\$ 100 mil e para pessoa jurídica, entre R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões, além de apreensão de amostras e interdição do estabelecimento ou atividade. O uso não autorizado de patrimônio genético até a publicação do novo marco legal poderá ser regularizado com assinatura de termo de compromisso, resultando na suspensão de sanções administrativas e redução em 90% multas aplicadas ao infrator.

Indígenas de Rondônia pedem ao STF: “respeitem nossos direitos à terra tradicional”
SÍTIO CIMI, 27.02.2015



“Se perdermos a nossa terra, onde vamos morar? Nós, índios, não temos o costume de morar embaixo da ponte. Nós moramos em florestas. Este é um grito de socorro. O marco temporal é, praticamente, uma declaração de guerra entre índios e não índios. Se continuar, nós vamos lutar”. Esse foi o principal recado da delegação, com cerca de 40 indígenas de Rondônia e Mato Grosso, que está em Brasília desde o último final de semana, em visita ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tarde desta quinta-feira, acompanhados por representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

As últimas decisões da 2ª Turma, que ferem os direitos conquistados pelos povos indígenas e representam um grave retrocesso, foram as principais pautas do documento entregue pelas

CONT.



lideranças para cada um dos dez ministros. No documento, os indígenas explicam os principais pontos de desconformidade com as comunidades, as últimas decisões do STF e as manobras que a bancada ruralista vem conseguindo traçar junto ao Congresso. Além disso, a entrega deste posicionamento representa uma última tentativa de diálogo entre indígenas e não indígenas.

As lideranças pedem, também, que o Judiciário compreenda e ouça o que as comunidades indígenas têm a dizer, ou seja, que levem em consideração o que as decisões do próprio órgão e as ações que tramitam no Legislativo podem causar de impacto sobre os povos. "Pedimos que respeitem a Constituição, que façam valer o que diz a Carta Magna e cobrem do Executivo que cumpra o que está na Lei, que impeçam que os parlamentares legislem em causa própria e que o Judiciário anule as decisões da 2ª Turma, por serem arbitrárias", defendeu Antônio Puruborá que, junto com Hosana Puruborá e Joaton Suruí, levou o recado dos povos indígenas do Brasil aos gabinetes dos ministros.

A situação das florestas, o desmatamento, a poluição dos rios por meio de agrotóxicos e as explorações desenfreadas também foram temas abordados durante as visitas. "Vocês discutem a preservação das florestas, mas mudam as leis para os fazendeiros invadirem nossas terras e derrubar as florestas. De que maneira vocês cuidam das florestas?", questionou Hosana. Ela também lembrou que a ação dos não índios está prejudicando a sobrevivência do homem e de suas futuras gerações e alertou para a situação de falta de água que já é uma realidade na região sudeste do país.

"Quem está dando o último grito de socorro são os índios", afirmou Joaton. Ele também lembrou que os indígenas estão abertos ao diálogo, tentando resolver de forma pacífica e querendo mostrar o lado das comunidades, mas, ao mesmo tempo, não são mais ingênuos. "Nesses anos todos nós também aprendemos com vocês e estamos preparados para uma guerra. O espírito indígena é forte e vai resistir", concluiu.

Participaram do ato lideranças indígenas dos povos Suruí, Cinta Larga, Arara, Puruborá, Wajonô, Karitiana, Guarassungue, Oro Waram, Oro Mon, Oro Nao, Oro Waram Xiyen, Mamaidê, Cujubim, Cassupá e Gavião dos estados de Rondônia e Mato Grosso. Todos os gabinetes receberam o documento, incluindo os ministros da 2ª Turma: Teori Zavaski, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, e Celso de Mello.



Ministério da Cultura amplia aproximação com índios

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.02.2015

Por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, foi realizada uma visita ao memorial dos Povos Indígenas em Brasília

Representantes da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do Ministério da Cultura (MinC) estiveram no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, a convite do cacique Alvaro Tukano, liderança indígena atuante desde a constituição de 1988 e atual diretor do espaço.

O secretário de Cultura do Distrito Federal, Guilherme Reis, membros de sua equipe e diversos consultores e especialistas da pauta indígena no Brasil também estiveram presentes na agenda.

Construído em 1987 e com 2.984,08 m² de área construída, o prédio, localizado no Eixo Monumental de Brasília, foi projetado por Oscar Niemeyer em forma de espiral, que remete a uma maloca redonda dos índios Yanomami. Depois da visita, Alvaro Tukano apresentou como prioridade da sua gestão a sustentabilidade do espaço e a sua revitalização.

O espaço conta com um acervo básico que contem uma coleção etnográfica de 382 peças doadas pelos antropólogos Darcy e Berta Ribeiro, incluindo alguns dos melhores exemplares da plumaria Urubu-Kaapor reunidas durante aproximadamente 40 anos de pesquisa de campo.

Segundo o diretor da Cidadania e da Diversidade Cultural da SCDC, Alexandre Santini, o memorial tem um enorme potencial para agregar e mobilizar redes, ativistas, artistas e fazedores culturais da área.

"Este local pode ser uma espécie de embaixada indígena no Brasil, de forma a conectar inteligências que se organizam em torno do reconhecimento da luta indígena", afirmou Santini durante a visita.

Novos projetos, parcerias e outras atividades que envolvem a Secretaria Distrital de Cultura, a SCDC e o Memorial dos Povos Indígenas estão sendo pensadas e em breve serão anunciadas.

A atual gestão do Ministério da Cultura também está atenta à pauta e, para este ano, elencou a questão indígena à categoria de prioridade. Para 2015 está previsto um edital específico para fomento de Pontos de Cultura Indígenas, com dotação orçamentária inicial de R\$ 2 milhões via SCDC.

Fonte: Ministério da Cultura.